

Retiro Baixo Energética S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 e
Relatório dos Auditores Independentes**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da
RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A. – RBE

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da Retiro Baixo Energética S.A. (“Companhia” ou “RBE”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Retiro Baixo Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo essa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Outros assuntos

- 1) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e está sendo apresentada como informação suplementar por exigência dos seus acionistas e foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações Financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os

critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na NBC TG 09 e são consistentes em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- 2) As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos Opinião sem ressalvas em 26 de janeiro de 2021.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório dos Auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, conforme requerido pelo art. 133, inciso I, da Lei 6.404/76. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão deste Relatório, o Relatório da Administração não nos foi disponibilizado.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Avaliamos a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2022

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194/O - CNAI-PJ MG 20



Domingos Xavier Teixeira

Sócio

Contador CRC MG-14.105-O/5

CONTEÚDO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 - 33

RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM

ATIVO	Notas	R\$ (Mil)		PASSIVO	Notas	R\$ (Mil)	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes caixa	3	12	41	Fornecedores	9	1.738	1.761
Aplicações financeiras	3	98.580	74.193	Financiamento	10	13.705	13.700
Contas a receber	5	9.240	8.718	Concessão onerosa - UBP	8	437	415
Prêmio de seguro - Repactuação risco hidrológico		-	1.123	Obrigações tributárias	11	3.968	1.473
Serviços em curso - P&D	15 b	2.535	2.037	Dividendos a pagar		14.432	7.873
Outros ativos circulantes		726	718	Pesquisa e Desenvolvimento	15 b	2.874	3.856
		111.093	86.830	Conta de Desenvolvimento Energético	15 b	57	-
				Outros passivos circulantes		569	545
						37.780	29.623
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	7.530	7.264	Financiamento	10	41.086	54.764
Depósitos judiciais	6	676	842	Concessão onerosa - UBP	8	8.148	8.161
Imobilizado	7	304.989	314.811	Provisão para contingências	12	-	968
Intangível	8	8.594	8.580			49.234	63.893
		321.789	331.497				
				TOTAL DO PASSIVO		87.014	93.516
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13a	225.350	225.350
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	13b	1.530	1.530
				Reserva Legal	13c	9.210	7.830
				Reserva de Dividendos adicionais propostos	13c	109.778	90.101
						345.868	324.811
TOTAL DO ATIVO		432.882	418.327	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		432.882	418.327

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		R\$ (Mil)	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	70.221	73.240
Custo de geração de energia	16	(25.907)	(28.900)
LUCRO BRUTO		44.314	44.340
DESPESAS OPERACIONAIS			
Vendas e administrativas	17	(2.854)	(4.169)
Outras receitas operacionais líquidas		376	-
		(2.478)	(4.169)
LUCRO ANTES DE RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		41.836	40.171
Despesas financeiras	18	(4.777)	(5.839)
Receitas financeiras		4.332	1.854
		(445)	(3.985)
LUCRO ANTES DE TRIBUTOS SOBRE LUCROS		41.391	36.186
IR e CSLL Correntes	19 a)	(13.775)	(3.034)
LUCRO DO EXERCÍCIO		27.616	33.152
<i>Lucro líquido do exercício por ação</i>		<i>0,12</i>	<i>0,15</i>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	R\$ (mil)					
Descrição	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva de dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo 31/12/2019	225.350	1.530	6.172	66.480	-	299.532
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.152	33.152
Constituição da reserva legal	-	-	1.658	-	(1.658)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(7.873)	(7.873)
Dividendos adicionais propostos do exercício	-	-	-	23.621	(23.621)	-
Saldo 31/12/2020	225.350	1.530	7.830	90.101	-	324.811
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.616	27.616
Constituição da reserva legal	-	-	1.380	-	(1.380)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.559)	(6.559)
Dividendos adicionais propostos do exercício	-	-	-	19.677	(19.677)	-
Saldo 31/12/2021	225.350	1.530	9.210	109.778	-	345.868

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	27.616	33.152
Depreciação	10.100	10.121
Amortização	439	423
Juros sobre empréstimos	4.533	5.631
Juros sobre parcelamento de tributos	3	16
Constituição (Reversão) de Provisões contingenciais	(968)	371
Redução de prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico	1.123	1.497
Geração Operacional	42.846	51.211
<u>(Aumento) e redução de ativos</u>		
Contas a receber	(522)	(186)
Outros ativos circulantes	(506)	(278)
Depósitos judiciais	166	357
<u>Aumento e (redução) de passivos</u>		
Fornecedores	(23)	402
Obrigações tributárias	2.492	(450)
Outros passivos circulantes	(958)	448
Pagamento do UBP	(444)	(411)
Constituição da CDE	57	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	43.108	51.093
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(278)	(90)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(278)	(90)
3) ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Pagamento de dividendos	-	(12.974)
Pagamento Principal - Financiamento BNDES	(13.648)	(13.648)
Pagamento de Juros - Financiamento BNDES	(4.558)	(5.690)
Aumento de Aplicações Financeiras a longo prazo	(266)	(133)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	(18.472)	(32.445)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24.358	18.558
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.234	55.676
- Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	98.592	74.234
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24.358	18.558

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	R\$ (Mil)			
	31/12/2021	31/12/2020		
RECEITAS				
Venda bruta de energia elétrica	80.099	78.829		
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Compra de energia elétrica	(2.240)	(4.890)		
Serviços de terceiros	(5.739)	(5.713)		
Outros custos de geração de energia	(9.531)	(10.629)		
	(17.510)	(21.232)		
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO	62.589	57.597		
(-) RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(9.565)	(10.544)		
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	53.024	47.052		
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	4.332	1.854		
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	57.356	48.906		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	3.067	Participação % 5,35%	3.640	Participação % 7,44%
Impostos, taxas e contribuições	21.800	38,01%	6.171	12,62%
Juros e aluguéis	4.873	8,50%	5.943	12,15%
Lucro do exercício	27.616	48,15%	33.152	67,79%
	57.356	100%	48.906	100%

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objetivo social

A Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado e de propósito específico, que tem por objetivo a exploração:

- i) do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Paraopeba, nos municípios de Pompéu e Curvelo, no Estado de Minas Gerais, mediante a construção, implantação, operação e manutenção do empreendimento hidroelétrico;
- ii) das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora; e
- iii) das áreas marginais ao reservatório e respectivas ilhas.

1.2. Concessão

O Contrato de Concessão nº. 007/2006 foi firmado em 2006 com a União (Ministério das Minas e Energia – MME e UHE Retiro Baixo), na categoria de uso de bem público, para a geração de energia elétrica na modalidade de produtor independente de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos, encerrando em agosto de 2041. Em setembro de 2021, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória Aneel 2.932/2021, aprovou o direito da RBE à extensão de 2.049 dias na sua concessão que se findará em 26 de março de 2047, restando aproximadamente 25 anos para o seu encerramento. A capacidade geradora total da Usina é de 82 MW.

A Retiro Baixo Energética S.A. é titular da Concessão, conforme a resolução autorizativa nº. 1.251/2008. O contrato de Implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Retiro Baixo foi firmado com o Consórcio Construtor Retiro Baixo – CCRB, constituído pelas empresas Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. e Logos Engenharia S.A., esta última que à época também era acionista da Companhia.

Em caso de extinção da concessão, todos os bens e instalações vinculados à Usina passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados até aquele momento, desde que autorizados pela União.

1.3. Garantia física e venda de energia

A Garantia física de energia da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo é de 35,62 MW médios a partir de 2018, conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia/ONS, de acordo com a aplicação do F_PDI_GF (fator de ajuste da Garantia Física) em função da média

das perdas internas da UHE Retiro Baixo, tendo sido revisada na forma da legislação. A Companhia possui 36,0 MW médios em contratos de venda de energia no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR. No exercício findo em 31/12/2021 a Companhia gerou 25,72 MW médios (34,46 MW médios no mesmo período de 2020). A redução da geração de energia em 2021 em comparação a 2020 foi motivada pelo um período de maior escassez de chuvas neste ano e também pela interrupção das operações da Unidade Geradora nº 02 (UG02) a partir de 8 de fevereiro de 2021, em função de problemas técnicos no mecanismo interno do rotor Kaplan (no dia 03 de fevereiro de 2021 foi identificado um ruído atípico e, no dia 09 de fevereiro de 2021, após abertura dessa Unidade, foi identificado pela equipe da RBE e de O&M (AC Energética), dano na pá nº 4).

A fabricante da máquina, Andritz, propôs uma solução já aplicada em equipamentos semelhantes de outras usinas do mesmo porte da UHE Retiro Baixo, consistindo no travamento das pás da UG02 para que ela possa operar provisoriamente. Esta solução foi aprovada pelo Conselho de Administração da RBE a um custo de aproximadamente R\$900 mil. Dessa forma, a UG02 voltou a operar em dezembro de 2021, em uma condição operacional provisória e excepcional, mas dentro de uma faixa operativa adequada para a geração da Companhia, sendo que o retorno à operação da UG02 neste período visou a redução de futuras perdas pela Companhia, para que a Unidade esteja operativa durante o período chuvoso.

A solução em definitivo será contratada pela Companhia, através de processo licitatório futuro, e os serviços deverão ser executados após o período chuvoso, sendo que a estimativa da Companhia é de R\$9 milhões para a sua implementação. A Seguradora Fairfax, atual detentora da Apólice de Riscos Operacionais da UHE, já foi acionada e a RBE aguarda o seu parecer.

1.4. Obrigações resultantes do contrato de concessão

A RBE deverá atender, no curso de suas atividades, todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e aos encargos oriundos da legislação e normas regulamentares estabelecidas pela União e pela ANEEL, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração da UHE, nos termos da legislação vigente, no que couber, especialmente as seguintes:

- i) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica;
- ii) quotas mensais da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, se couber;
- iii) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, com base na regulamentação pertinente, a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora;
- iv) pagamento pelo Uso de bem público– UBP (Nota explicativa nº 8);

- v) encargos pelo uso do sistema de transmissão de energia elétrica, quando devidos, celebrando, em conformidade com a regulamentação específica, os contratos de uso e de conexão requeridos (Nota explicativa nº 16 b);
- vi) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; e
- vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA.

Por fim, a Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota explicativa nº 15 b).

1.5. Rompimento da barragem de rejeitos

Em 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A., localizada na Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. Como consequência deste acontecimento, o rejeito de minério atingiu o Rio Paraopeba, onde, em seu curso, está localizada a usina de geração de energia da Retiro Baixo. As condições de Operação da Usina, após o rompimento da barragem de rejeitos, estão atualmente normais, tendo ocorrido somente uma paralisação de alguns dias no mês de fevereiro de 2019.

A Administração da Companhia mantém o procedimento de monitoramento da qualidade da água para fins de geração de energia, e, caso ocorra alguma mudança no atual cenário, será realizada a comunicação aos agentes fiscalizadores. A Administração, após longo período de negociações com a Vale, recebeu, em outubro de 2021, o reembolso dos gastos adicionais incorridos pela Companhia no controle e monitoramento do evento, no montante de R\$331 mil.

1.6. Covid-19

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo Coronavírus (COVID-19).

A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve qualquer impacto da pandemia nas operações da Companhia, todavia, devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação

As Demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), consubstanciadas nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas da legislação específica aplicáveis às Concessionárias de energia elétrica, emanadas da ANEEL, bem como nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela ANEEL.

A Companhia não possui Outros Resultados Abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes - DRA. Dessa forma, o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são iguais ao resultado abrangente total.

As principais práticas contábeis estão sendo apresentadas conjuntamente com as Notas Explicativas relativas aos itens constantes das Demonstrações Financeiras a que se referem, conforme permitido pelo item 35 do OCPC 7 – Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiro de propósito geral.

A Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está nele contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das Demonstrações Financeiras, por exigência dos seus acionistas, pois, não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia avaliou os eventos subsequentes até 19 de janeiro de 2022.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor de determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e suposições que afetam as quantias informadas de ativos e passivos para cada exercício, principalmente com relação a (i) Liquidação do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, (ii) valor justo dos

instrumentos financeiros, (iii) redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros e (iv) provisão contingencial. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação podem diferir dessas estimativas.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas de vendas a longo prazo com valores pré-fixados, em especial superiores a um ano. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

f) Ativos Financeiros

a. Classificação

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Os passivos, por outro lado, devem ser classificados como passivos designados ao valor justo ou ao custo amortizado.

b. Ativos financeiros: classificação, reconhecimento, mensuração e baixas

A Companhia classifica seus ativos financeiros somente nas categorias de pelo custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Retiro Baixo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

i. Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido. Estão classificados nesta modalidade os saldos de contas a receber de Concessionária e Permissionárias (Nota explicativa 5).

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras",

dependendo do resultado obtido. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3) e aplicações financeiras (Nota Explicativa 4).

iii. Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

g) Passivos financeiros

A NBC TG 48 – Instrumentos financeiros determina que os passivos financeiros devem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. Todavia, a Companhia possui somente passivos classificados na categoria de Custo amortizado, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis e, após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Contas a Pagar a fornecedores (Nota Explicativa 9), Financiamento (Nota Explicativa 10), Pesquisa e Desenvolvimento (Nota Explicativa 15 b), Obrigações Tributárias (Nota Explicativa 11), e Concessão onerosa – UBP (Nota Explicativa 8).

h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

i) Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a NBC TG 25 e a ITG 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não

distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no Patrimônio Líquido.

j) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

k) Aprovação da emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão dessas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 19 de janeiro de 2022.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
Conta banco movimento	12	41
Aplicações financeiras	98.580	74.193
	98.592	74.234

Estão registrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, conforme aplicável. Compreendem o saldo dos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de renda fixa com vencimento em até três meses ou com possibilidade de resgate a qualquer tempo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras referem-se a investimentos mantidos em Fundos de Investimento em Renda Fixa, sendo que a rentabilidade bruta apurada no exercício de 2021 foi equivalente a 115% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS A LONGO PRAZO

O saldo de R\$7.530 mil em 31 de dezembro de 2021 (31/12/2020 – R\$7.264 mil), mantido no Fundo Banco Santander FIC Títulos Públicos, refere-se à aplicação financeira em títulos de renda fixa concedido em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES e, por isso, foi considerado pela Companhia no Ativo não circulante. O saldo está registrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Por exigência contratual, esta aplicação é de, no mínimo, i) três vezes o valor da última prestação vencida do financiamento e mais ii) a soma dos três últimos pagamentos do contrato de Operação e Manutenção.

5. CONTAS A RECEBER

Em geral, o prazo de recebimento do faturamento às distribuidoras ocorre em três parcelas, com vencimento em 15, 25 e 35 dias.

A composição do saldo de contas a receber pode ser assim apresentada:

	R\$(Mil)	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	871	821
Celesc Distribuição S.A.	831	751
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	709	834
Copel Distribuição S.A.	735	708
Cemig Distribuição S.A.	622	583
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	527	490
Light-Serviços de Eletricidade S.A.	516	476
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	498	472
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	443	395
Companhia Energética do Ceará - COELCE	332	317
CEB Distribuição S.A.	304	271
CELG Distribuição S.A. - CELG D	310	250
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	295	276
Bandeirante Energia S.A.	272	212
Ampla Energia e Serviços S.A.	245	241
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	248	236
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	231	214
Energisa Distribuidoras	221	197
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	216	224
Outros contas a receber	814	750
	<u>9.240</u>	<u>8.718</u>

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	R\$(Mil)	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Autos de infração - Ministério do trabalho	(a) 667	667
Perícia - Ministério público	(b) -	128
Responsabilidade subsidiária - Processo trabalhista	(c) -	39
Outros	9	8
	<u>676</u>	<u>842</u>

a) Autos de infração – Ministério do trabalho

Referem-se a valores depositados pela Companhia para garantia de execução fiscal das autuações feitas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE-MG), conforme detalhado na Nota explicativa 14 a).

b) Perícia – Ministério público

Refere-se ao pagamento da Perícia suportada pela Companhia no ano de 2011 no âmbito da ação movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a construção da UHE Retiro Baixo, conforme detalhado na Nota explicativa 14 b). Todavia, em função da Companhia não possuir expectativa de recuperação do valor pago, o valor foi integralmente baixado em 2021.

c) Responsabilidade subsidiária – Processo trabalhista

Referia a depósitos recursais de reclamatória trabalhista movida contra a Entidade que foram levantados pelo réu em 2021 em função da liquidação da ação.

7. IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou construção (histórico), incluindo encargos financeiros capitalizados, deduzidos da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear segundo as taxas estipuladas pela ANEEL, e que está em linha com a vida útil e econômica dos bens.

A Companhia realizou teste de recuperação do seu imobilizado, na data-base de 31 de dezembro de 2021, baseado na geração de benefícios econômicos futuros e concluiu que não houve necessidade do reconhecimento de *impairment*. Ademais, é importante destacar que o valor residual do imobilizado na data do término da concessão, se houver, será indenizado pelo Poder Concedente.

A composição do saldo é como segue:

	Taxas anuais de depreciação em %	R\$(Mil)	
		31/12/2021	31/12/2020
Geração Usina - Em serviço			
Terrenos		12.319	12.319
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2% a 3,3%	209.695	209.695
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% e 4%	66.593	66.593
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	109.579	109.529
Móveis e Utensílios	10%	20	20
(-) Depreciação acumulada		(110.753)	(101.362)
		287.453	296.794
Geração Usina - Em curso			
Terrenos		37	37
		37	37
Geração Usina - em serviço			
Intangíveis		649	649
		649	649
Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em serviço			
Intangíveis		842	842
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4%	296	296
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	22.967	22.967
(-) Depreciação acumulada		(8.150)	(7.450)
		15.955	16.655
Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em curso			
Intangíveis		866	649
		866	649
Administração - em serviço			
Móveis e utensílios	10%	121	110
Máquinas e Equipamentos	6,7% e 10%	35	35
(-) Depreciação acumulada		(127)	(118)
		29	27
TOTAL		304.989	314.811

A movimentação das contas do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 está apresentada conforme segue:

	R\$ (Mil)						
IMOBILIZADO	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
Geração Usina - Em serviço	306.152	53	(9.411)	296.794	50	(9.391)	287.453
Imobilizado em serviço	398.103	53	-	398.156	50	-	398.206
Terrenos	12.319	-	-	12.319	-	-	12.319
Reservatórios, Barragens e Adutoras	209.695	-	-	209.695	-	-	209.695
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	66.593	-	-	66.593	-	-	66.593
Máquinas e Equipamentos	109.476	53	-	109.529	50	-	109.579
Móveis e Utensílios	20	-	-	20	-	-	20
(-) Reintegração Acumulada	(91.951)	-	(9.411)	(101.362)	-	(9.391)	(110.753)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(43.227)	-	(4.415)	(47.642)	-	(4.403)	(52.045)
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(14.071)	-	(1.431)	(15.502)	-	(1.428)	(16.930)
Máquinas e Equipamentos	(34.647)	-	(3.563)	(38.210)	-	(3.559)	(41.769)
Móveis e Utensílios	(6)	-	(2)	(8)	-	(1)	(9)
Geração Usina - Em curso	37	-	-	37	-	-	37
Geração Usina - em serviço	649	-	-	649	-	-	649
Sistema de transmissão / conexão - em serviço	17.357	-	(702)	16.655	-	(700)	15.955
Imobilizado em serviço	24.105	-	-	24.105	-	-	24.105
(-) Reintegração Acumulada	(6.748)	-	(702)	(7.450)	-	(700)	(8.150)
Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em curso	612	37	-	649	217	-	866
Administração - em serviço	35	-	(8)	27	11	(9)	29
Imobilizado em serviço	145	-	-	145	11	-	156
(-) Reintegração Acumulada	(110)	-	(8)	(118)	-	(9)	(127)
	324.842	90	(10.121)	314.811	278	(10.100)	304.989

8. INTANGÍVEL

Está demonstrado substancialmente pelo valor presente do direito de concessão do Uso de Bem Público - UBP, e está sendo amortizado até o encerramento do contrato de concessão.

A movimentação do Intangível pode ser assim demonstrada:

	R\$ Mil		
	Utilização de Bem Público (a)	Outros Intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.623	37	8.660
(+) Atualização	343	-	343
(-) Amortização	(411)	(12)	(423)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.555	25	8.580
(+) Adições	-	13	13
(+) Atualização	440	-	440
(-) Amortização	(431)	(8)	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.564	30	8.594
Alíquota de amortização anual	3,30%	20%	

a) Utilização do Bem Público – UBP

Como contrapartida da concessão recebida, a Companhia está efetuando o pagamento mensal pelo Uso de Bem Público – UBP à União a partir da data de entrada em operação até o 40º ano contado a partir do início da concessão, uma vez que a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória Aneel 2.932/2021, concedeu o direito da RBE à extensão de 2.049 dias na sua concessão. Essa obrigação é atualizada anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O valor da parcela em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$36 mil e nesta mesma data restavam aproximadamente 25 anos para o encerramento do Contrato de Concessão.

Os valores registrados no Passivo circulante (R\$437 mil) e no Passivo não circulante (R\$8.148 mil), no total de R\$8.585 mil em 31 de dezembro de 2021, referem-se à obrigação total da Companhia para pagamento do UPB até o encerramento do Contrato de Concessão. O valor de R\$8.564 mil, registrado no Ativo Intangível na mesma data, reflete o direito da Companhia de exploração do potencial hidroelétrico.

9. FORNECEDORES

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
CEMIG - CUSD	580	476
AC Energética Ltda.	148	133
CCEE - Câmara Com. de Energia Elétrica	73	1.036
Andritz	(a) 454	-
Prêmio de Risco Hidrológico	(b) 234	-
Outros fornecedores	249	116
	1.738	1.761

- (a) Andritz: Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$454 mil representava a primeira de duas parcelas, referente aos gastos emergenciais para reparo da Unidade Geradora 02.
- (b) Prêmio do Risco Hidrológico: A CCEE iniciou a cobrança do prêmio de risco hidrológico a partir de outubro de 2021, sendo que até então o valor do prêmio foi coberto através de ressarcimento sobre custo de energia pago a maior do exercício de 2015 e o saldo controlado no ativo como despesa antecipada. A repactuação do risco hidrológico foi anuída pela Aneel através do Despacho nº 287/2016 e em 31/12/2021 o saldo de R\$234 mil representava o valor provisionado do mês de dezembro de 2021.

10. FINANCIAMENTO

Trata-se de contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, destinado à construção da Usina UHE Retiro Baixo. Esse financiamento está sendo quitado mensalmente e sucessivamente, sendo que a última vencerá em dezembro de 2025, restando, portanto, 48 parcelas em 31 de dezembro de 2021.

Os encargos financeiros contratuais do financiamento são os seguintes:

a) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano:

O percentual de 2,75% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas das exigibilidades dos juros ou na data do seu vencimento ou liquidação do contrato de empréstimo.

b) Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano:

O percentual de 2,75% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas das exigibilidades dos juros ou na data do seu vencimento ou liquidação do contrato de empréstimo.

O saldo de Financiamento está demonstrado pelo custo amortizado que compreende os valores recebidos mais encargos financeiros computados até a data do balanço e deduzidos das parcelas já pagas.

A movimentação do saldo de Financiamento a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>R\$ (Mil)</u>
Saldo em 31/12/2019	82.171
Juros e correção	5.631
Pagamentos de juros	(5.690)
Amortização	(13.648)
Saldo em 31/12/2020	68.464
Juros e correção	4.533
Pagamentos de juros	(4.558)
Amortização	(13.648)
Saldo em 31/12/2021	54.791

O saldo pode ser assim segregado:

	<u>R\$ (Mil)</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante	13.705	13.700
Passivo não circulante	41.086	54.764
	54.791	68.464

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>R\$ (Mil)</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda a recolher	2.374	429
Contribuição social a recolher	978	268
PIS a recolher	70	42
COFINS a recolher	328	194
Programa Especial de Regularização Tributária – PERT	-	316
Tributos retidos na fonte a recolher	88	57
INSS e FGTS sobre folha de pagamentos	116	157
Outros tributos a recolher	14	10
	3.968	1.473

O aumento dos valores a pagar de Imposto de renda, Contribuição Social, PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2021 ocorreu pela adoção do Lucro real em 2021 como regime de apuração desses tributos, em detrimento ao Lucro presumido adotado pela Companhia até 2020, sendo que tal mudança se deu pelo faturamento da RBE ter

excedido o limite permitido pela legislação para enquadramento ao Lucro Presumido. Em especial para PIS e COFINS, a migração para o Lucro real culminou na adoção do regime não cumulativo de apuração desses tributos, que consiste em deduzir dos débitos apurados de cada contribuição os respectivos créditos admitidos na legislação. Os débitos (Receitas Operacionais) e os créditos (Gastos Operacionais) são calculados, respectivamente, sobre as alíquotas de 1,65% e 7,6% e o valor líquido a pagar é apurado e recolhido pela Companhia.

Em 2022 a RBE continuará a adotar o Lucro real como regime de apuração desses tributos, pois o faturamento da RBE, em 2021, excedeu o limite permitido pela legislação para enquadramento ao Lucro Presumido.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>R\$ (Mil)</u> <u>31/12/2020</u>
Responsabilidade subsidiária – Processo trabalhista	-	968
	<u>-</u>	<u>968</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré em dois processos de reclamações trabalhistas envolvendo danos morais, materiais e honorários periciais de um empregado de empresa contratada pelo Consórcio Construtor Retiro Baixo quando da construção do empreendimento e outro de empresa prestadora de serviços da Companhia. Em ambos os casos a RBE figurava como responsável subsidiária das empresas reclamadas e por isso reconheceu a provisão em seu balanço, tendo em vista que a assessoria jurídica entende que as reclamadas não terão condições de honrar com os valores discutidos, recaindo, por consequência, o ônus sobre a Companhia.

Para um destes processos, ocorreu a liquidação de sentença em 2021, tendo a RBE pago o montante de R\$554 mil, sendo R\$38 mil através de depósitos judiciais e R\$516 mil através de pagamento adicional. Para este processo, a provisão estava estimada considerando a correção monetária pelo IPCA, sendo que o STF decidiu a controvérsia judicial sobre qual índice deveria ser utilizado para a correção das ações trabalhistas, firmando o entendimento pela utilização da TR. Consequentemente, houve uma reversão de provisão no montante de R\$323 mil.

Havia ainda um segundo processo, com valor de provisão de R\$91 mil em 31/12/2020, de número CNJ 0010031-04.2020.5.03.0056 da Vara do Trabalho de Curvelo – Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Curvelo/MG, de Geraldo Lucio Pereira de Andrade Junior. Trata-se de Ação Trabalhista interposta pelo Reclamante em desfavor da Samseg Segurança Ltda. e RBE subsidiariamente. O Reclamante pleiteia a condenação de diferenças de piso da categoria, nulidade de aviso prévio, horas extras, horas extras intrajornada, feriados trabalhados, férias em dobro, indenização por utilização de veículo

próprio, indenização por danos morais e multa de CCT. Os advogados da Companhia consideraram a perda possível em 31/12/2021, por isso o provisionamento foi revertido ao final do exercício.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$225.350 mil e está dividido em 225.350 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

Os acionistas da Companhia e a respectiva participação no capital social são os seguintes:

	R\$ (Mil)		
	Participação %	Quantidade de ações	Capital Integralizado
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	49,90%	112.449.650	112.450
Furnas Centrais Elétrica S.A.	49,00%	110.421.500	110.422
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	1,10%	2.478.850	2.479
	100,00%	225.350.000	225.350

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

O saldo R\$1.530 mil em 31 de dezembro de 2021 refere-se a um AFAC parcialmente aportado pelas acionistas, restando, ainda, o aporte de R\$1.470 mil. Os acionistas estão analisando as opções para resolução deste AFAC e a solução será definida em AGE.

c) Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Legal	9.210	7.830
Dividendos adicionais propostos não distribuídos	109.778	90.101
	118.988	97.931

O detalhamento destes valores é o seguinte:

- I. Reserva legal: Constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.
- II. Dividendos adicionais propostos: Representam o montante dos dividendos ainda não distribuídos pela Administração. Estes valores são mantidos no Patrimônio líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas na ITG 08, até deliberação da Assembleia Geral para a sua distribuição. O valor de R\$109.778 mil é composto por lucros não distribuídos que foram destinados à esta reserva dos seguintes anos de 2016 a 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia provisionou o montante de R\$6.559 mil a título de dividendo mínimo obrigatório apurado sobre o lucro de 2021.

O contrato do BNDES limita o pagamento dos dividendos a 25% do lucro de cada exercício. O BNDES, por meio da carta AE/DEENE1 – 54/2021 de 11 de junho de 2021, informou que foi autorizada a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, no montante total de até R\$64,8 milhões, condicionada à existência de disponibilidade financeira. A aprovação da distribuição dos dividendos adicionais ainda será objeto de uma Assembleia Geral e, somente após a deliberação em Assembleia, que tais dividendos serão registrados como um Passivo, em linha com o ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Execução fiscal – Autos de infrações trabalhistas Processos trabalhistas (Passivo contingente)

A União Federal promove, por meio de duas ações, a Execução Fiscal de 45 (quarenta e cinco) Autos de Infração lavrados em nome da Retiro Baixo Energética S.A., decorrente de ação fiscal iniciada em 18/08/2009 nas obras de construção civil da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo. Na primeira ação de execução fiscal, de número 0000001-55.2013.5.03.0184, a Companhia obteve desfecho favorável com trânsito em julgado e o depósito judicial realizado anteriormente como garantia foi levantado em 22/09/2020, no montante atualizado de R\$526 mil. Para a segunda ação de execução fiscal, de número 0002139-50.2014.5.03.0025, a Companhia obteve sentença favorável publicada em 22/01/2020 que a extinguiu, sem qualquer ônus para as partes, estando pendente de discussão apenas o pagamento de honorários de sucumbência pela União Federal e o levantamento do depósito judicial realizado em 19/01/2015, no valor de R\$667 mil.

b) Ação contra a construção da UHE Retiro Baixo (Passivo contingente)

A ação foi proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPE em 02/10/2006 requerendo (i) a nulidade da licença prévia ambiental concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM e (ii) a declaração de inviabilidade da implantação do empreendimento Usina Hidrelétrica Retiro Baixo – UHE Retiro Baixo à consideração de supostos danos ambientais em decorrência da obra de construção da usina.

Em 31/10/2006, o Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte deferiu, parcialmente, o pedido de liminar formulado pelo MPE, determinando que os réus, Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. e Arcadis Logos Energia S.A., integrantes do Consórcio Construtor Retiro Baixo, se abstivessem de dar início às obras de implantação da UHE Retiro Baixo.

À vista desta decisão, os empreendedores iniciais da Usina (ORTENG e ARCADIS), bem assim os demais réus, interpuseram o recurso de Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), requerendo, liminarmente, efeito suspensivo à decisão recorrida, o que foi deferido pelos três membros da Turma Julgadora (3ª CC-TJMG), negando provimento ao agravo interposto pelos réus e manteve a decisão do Juiz Singular. Os réus, cada um de per si, opuseram o recurso de Embargos Declaratórios com efeitos infringentes, então acolhidos aos 12/06/2008, pelo Colegiado da aludida Câmara Cível (5 membros) revertendo, integralmente, a decisão antes prolatada pela mesma Terceira Câmara Cível do TJMG. Ato seguinte, o MPE opôs Embargos de Declaração com efeitos infringentes, então rejeitados à unanimidade dos membros da Terceira Câmara Cível do TJMG.

O MPE ainda aviou Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), acompanhado de Medida Cautelar requerendo efeito suspensivo ao seu recurso, tendo sido negado o efeito suspensivo e extinto o recurso Especial. Igual resultado foi dado ao recurso Extraordinário interposto pelo mesmo MPE perante o Supremo Tribunal Federal, acompanhado igualmente de Medida Cautelar para dar efeito suspensivo ao recurso.

Após os resultados nos Tribunais Superiores, os autos da ação voltaram a sua normalidade na primeira instância, tendo sido realizada perícia requerida pelo MPE, tendo sido obtido resultado foi favorável ao empreendimento.

Inconformado com o resultado da perícia, o MPE apresentou quesitos suplementares, os quais foram indeferidos, de plano, pelo então Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, ante a preclusão do direito da parte. Insatisfeito, o MPE requereu nova perícia, também de forma intempestiva, deferida, indevidamente, pelo Juízo Singular.

À vista de que uma nova perícia não guardava legitimidade, os empreendedores e demais réus interpuseram o recurso de Embargos Declaratórios ao mesmo Juízo que os rejeitou e manteve a nova perícia. ORTENG e ARCADIS interpuseram recurso de agravo ao TJMG, requerendo efeito suspensivo à decisão do Juízo Singular, tendo a 3ª Câmara

Cível do TJMG, em sua nova composição, rejeitado, em exame de mérito, o recurso de agravo, bem como aos Embargos de Declaração, então opostos.

Em consequência, ORTENG e ARCADIS ingressaram com Recurso Especial junto ao STJ, admitido, inicialmente, pelo Vice-Presidente do TJMG e, em seguida, pelo Ministro Mauro Campbell (STJ) que o acolheu, determinando a suspensão da nova perícia e que o TJMG apreciasse o mérito do agravo antes interposto.

Enquanto tramitavam os recursos contra a decisão que determinou a realização da nova perícia, o novo Juiz designado como titular da 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em despacho sucinto, determinou o encerramento da instrução e o prosseguimento da ação para a fase de razões finais das partes de modo poder prolatar a sentença. O MPE retirou os autos da Secretaria da 5ª Vara em setembro de 2019 e não devolveu até o momento, não apresentando qualquer recurso em face desta nova decisão. Os réus preferiram aguardar que o MPE devolvesse naturalmente os autos para então se manifestarem, o que não ocorreu até a presente data vez que os autos não retornaram à Secretaria da Vara.

No presente momento, a situação do processo permanece sem alteração.

Os assessores jurídicos entendem que a probabilidade de perda desta ação é remota, haja vista o fato de depois de quase 14 (quatorze) anos de tramitação desta ação civil pública, ainda em primeira instância e à vista das decisões dos Tribunais Superiores, que sempre rejeitaram a insistência do Ministério Público Estadual, considerada uma clara perseguição, o projeto da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo se consolidou, estando a Usina em funcionando e produzindo energia plenamente há mais 10 (dez) anos.

c) Penalização da ANEEL pelo atraso no início operacional (Ativo contingente)

A Companhia foi penalizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em função de uma redução de seu faturamento em R\$5.808 mil nos meses de janeiro a maio de 2010, em decorrência do atraso na entrada em operação comercial de suas unidades geradoras, amparada pelos incisos I e III do artigo 3º da Resolução Normativa ANEEL 165/2005 e obedecendo ao Ofício nº 281/2008-SEM/ANEEL.

Ainda em 2010, a ANEEL, através do Despacho nº 3.734, afastou parte da cobrança, gerando uma recuperação de R\$1.378 mil, recebida em janeiro de 2011. Sobre a parte residual de R\$4.430 mil, a Companhia manteve tratativas junto à ANEEL na via administrativa para anulação da penalidade, sem obter êxito. Então, em abril de 2014, a Companhia ajuizou duas ações ordinárias requerendo: i) correção monetária referente aos R\$1.378 mil já recebidos a valores históricos; e ii) o ressarcimento do valor residual de R\$4.430 mil, devidamente atualizado. O primeiro processo teve o pedido julgado favorável à RBE pelo juiz monocrático, sendo que a Procuradoria Geral Federal interpôs recurso de apelação pendente de julgamento em segunda instância. O segundo processo foi julgado em 20/09/2017 totalmente procedente à RBE, determinando à União

a recontabilização (ressarcimento) do valor integral a partir de 2010 até a data de ressarcimento, com a devida correção monetária. É necessário reexame ao TRF em razão da derrota da União, apresentada Apelação formal em 05/10/2017 e a Companhia apresentou as suas contrarrazões em 19/12/2017. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o processo administrativo na ANEEL demonstra a exclusão da culpabilidade da RBE pelo atraso do seu início operacional, sendo assim, a penalidade não seria requerida.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Comercialização de energia elétrica	80.099	78.829
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Pis	(a) (1.322)	(512)
Cofins	(a) (6.088)	(2.365)
Pesquisa e desenvolvimento	(b) (706)	(732)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(276)	(256)
Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(c) (1.221)	(1.724)
Outras deduções	(265)	-
	(9.878)	(5.589)
	70.221	73.240

- a) Valores apurados às alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,60% da COFINS, respectivamente, sobre a receita de comercialização de energia elétrica em 2021 (Lucro real). Em 2020 os valores foram apurados à base de 0,65% para o PIS e 3,00% da COFINS (Lucro presumido).
- b) De acordo com legislação, a Companhia deve destinar 1% da sua Receita Operacional Líquida – ROL para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), dos quais 0,4% da ROL são mantidos pelo concessionário para aplicação em projetos próprios de P&D. O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 998, de 1º de setembro de 2020, posteriormente convertida na Lei 14.120 de 1º de março de 2020 que, entre outras questões, determina que o passivo não utilizado no programa P&D das empresas de energia registrados até 31/08/2020 seja repassado a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deduzindo os seguintes valores:
- (i) Valores previstos a desembolsar em projetos em andamento e/ou já aprovados na empresa. Entende-se como aprovados aqueles que já tem autorização da Diretoria e documento formal de aprovação.
 - (ii) Valores previstos a desembolsar com contratações de consultorias dentro dos programas de P&D.

A Lei 14.120/21 ainda prevê que a partir de 01/09/2020, o valor até então destinado para programas de P&D, que corresponde à 0,4% da ROL, será devido 70% deste montante e os outros 30% serão repassados à CDE no período de 2021 a 2025. A ANEEL regulamentou a referida lei, através da publicação da Resolução Normativa 929/2021 e, visando atendimento da legislação em vigor, a Companhia realizou a segregação da sua obrigação, sendo: i) R\$2.874 mil em 31 de dezembro de 2021 como Pesquisa e Desenvolvimento, para fazer frente ao Projeto em desenvolvimento em parceria com a Universidade Federal de Itajubá, para o qual já foram dispendidos R\$2.535 mil até 31 de dezembro de 2021, que estão registrados no ativo como “Serviços em curso – P&D” no ativo e serão compensados com a obrigação da Companhia somente após a conclusão do projeto e homologação dos gastos pela ANEEL; e ii) R\$86 mil para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE nesta mesma data.

- c) A diminuição na despesa com Utilização de recursos hídricos em 2021 se deve a um menor volume de geração da usina neste exercício em comparação com o mesmo período do exercício anterior.

16. CUSTO COM GERAÇÃO DE ENERGIA

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
Compra de energia elétrica	(2.240)	(4.890)
Depreciação	(9.157)	(10.113)
Uso sistema de distribuição - CEMIG Distribuição	(5.789)	(5.411)
Serviços de terceiros	(5.258)	(5.229)
Seguros	(2.077)	(1.779)
Pessoal	(545)	(530)
Despesas com materiais	(442)	(535)
Amortização (Uso do Bem Público - UBP)	(391)	(413)
Outros	(8)	-
	(25.907)	(28.900)

A redução de determinadas rubricas de Custo com geração de energia se deve ao fato de a Companhia ter adotado o Lucro Real a partir de 1º de janeiro de 2021 e, assim, os custos a partir desta data são apresentados líquidos dos créditos de PIS e COFINS, apurados de acordo com a legislação fiscal.

O aumento no valor de seguros refere-se ao encargo da cobertura de seguro resultante da repactuação do risco hidrológico, sendo que até setembro de 2021 a Companhia realizou a amortização do direito apurado quando da repactuação do risco hidrológico e a partir do mês de outubro de 2021 houve o início do desembolso financeiro para quitação da obrigação, ocorrendo uma majoração do valor da despesa mensal.

17. DESPESAS COM VENDAS E ADMINISTRATIVAS

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(1.434)	(1.368)
Administradores	(1.088)	(1.742)
Serviços de terceiros	(481)	(484)
(Constituição) Reversão de contingências	452	(326)
Outros	(303)	(249)
	(2.854)	(4.169)

A redução das despesas com Administradores se deve pela redução da remuneração dos Diretores aprovadas pelo Conselho de Administração em 2020.

As constituições e reversões de contingências são apuradas através das estimativas dos assessores jurídicos da Companhia.

18. DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ (Mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
Encargos Financiamento BNDES	(4.533)	(5.631)
Atualização P&D	(131)	(88)
Outros	(113)	(120)
	(4.777)	(5.839)

A redução dos encargos financeiros com o BNDES se deu pelos seguintes motivos: i) redução da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJPL em 2021 em comparação com 2020; e ii) redução do saldo devedor do financiamento, com consequente diminuição dos encargos financeiros suportados pela Companhia.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos correntes

Em 2020 a Companhia adotou a sistemática do Lucro presumido para apuração dos seus tributos sobre o lucro, sendo que o lucro, para fins de cálculo dos tributos, foi calculado com base utilizando 8% da receita para Imposto de renda e 12% da receita para Contribuição social, apurado em cada período trimestral de tributação. Após a determinação do valor do lucro presumido, foram aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60 mil por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base.



Retiro Baixo Energética S.A.

Em 2020 a Companhia superou o limite permitido para se enquadrar no regime do Lucro Presumido, migrando compulsoriamente para o regime do Lucro real, sendo que, por opção da Administração, foi escolhido o Lucro Real Trimestral. Neste novo regime, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro líquido, apurado em cada período trimestral, considerando os ajustes realizados (adições e exclusões), previstos na legislação, para determinação do Lucro Real. São aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60 mil por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. Em função da mudança do regime tributário, houve um aumento em 2021 das despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social.

A reconciliação da apuração do Imposto de renda e da contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é assim demonstrada:

					R\$ (Mil)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	TOTAL
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	10.194	9.743	10.265	11.189	41.391
Adições / Exclusões líquidas	(90)	(414)	15	(318)	(807)
(=) Base de cálculo IRPJ e da CSLL corrente	10.104	9.329	10.280	10.871	40.584
Apuração Imposto de renda					
Alíquota	15%	15%	15%	15%	
Adicional (lucro superior a R\$ 60 mil no período)	10%	10%	10%	10%	
Valor do Imposto de renda	1.516	1.399	1.542	1.631	
Valor do adicional do imposto de renda	1.005	927	1.022	1.081	
Valor Imposto de renda	2.521	2.326	2.564	2.712	10.123
Apuração Contribuição social sobre o lucro líquido					
Alíquota	9%	9%	9%	9%	
Valor CSLL	909	840	925	978	3.652
IRPJ e CSLL Correntes	3.430	3.166	3.489	3.690	13.775

20. PARTES RELACIONADAS

					R\$ (mil)
	Contas a receber	Receitas bruta	Contas a pagar	AFAC	Despesas
31/12/2020					
Light S.A.	476	4.080	-	-	-
Orteng Equipamentos e sistemas Ltda	-	-	-	(33)	-
CEMIG Distribuição S.A.	583	5.225	(476)	(1.497)	(5.348)
	1.059	9.305	(476)	(1.530)	(5.348)
31/12/2021					
Orteng Equipamentos e sistemas Ltda	-	-	-	(33)	-
CEMIG Distribuição S.A.	622	4.040	(580)	(1.497)	(6.367)
	622	4.040	(580)	(1.530)	(6.367)

Em 2021, com a venda da participação da CEMIG Holding na Light S.A., esta empresa deixou de ser considerada como parte relacionada da RBE. O contrato de venda de energia com a CEMIG Distribuição S.A. foi firmado com a Companhia antes dessa empresa se tornar parte relacionada.

21. GESTÃO DE RISCOS

a) Instrumentos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro de 2021, sendo demonstrados pelo custo de aquisição mais os rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço, ajustado a valor de mercado se aplicável. O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Financeiras representa o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se liquidasse as transações na data do balanço. No caso do Financiamento, este está demonstrado pelo custo amortizado que compreende os valores recebidos mais encargos financeiros computados até a data do balanço e deduzidos das parcelas já pagas.

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital adequada. A Companhia mantém uma estrutura de capital adequada, inclusive remunerando os seus acionistas com o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, além de destinar o valor adicional de 75% dos dividendos para pagamento no futuro, que estão registrados no patrimônio líquido.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente em todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui riscos de mercado associados à sua dívida.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade de a Companhia liquidar as obrigações assumidas.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Aplicações financeiras (Nota 4) e Contas a receber (Nota 5). A Companhia tem Equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 que correspondem substancialmente a Fundos de Investimento em títulos públicos e Certificado de Depósito Bancário com baixo risco de crédito, que são prontamente

convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Contas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado de recebimentos em até 35 dias. Para aplicações financeiras, apesar de o saldo corresponder a investimentos que podem ser transformados imediatamente em caixa, a Companhia deve manter saldo como não disponível em sua operação em conformidade a cláusula de garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 4).

e) Risco da operação

A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada e não à energia efetivamente produzida, sendo a primeira determinada pelo órgão regulador e consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia, com impacto direto no resultado, limitado à exposição de risco da Companhia definido na Repactuação do risco hidrológico. Este risco foi limitado a partir do ano de 2016 após a repactuação do risco hidrológico, uma vez que a Companhia optou pelo produto SP97 em que o déficit de geração de energia no MRE, quando ocorrer, será debitado à Companhia limitado a 3%. Caso o déficit seja superior a 3%, a Companhia não terá encargo adicional. Em 2020 a Companhia celebrou um contrato de compra adicional de energia somente no mês de novembro no valor de R\$1.160 mil sendo que, para 2021, a RBE comprou R\$400 mil para suprir a ausência de geração em função da interrupção das operações da Unidade Geradora nº 02.

f) Risco de Crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis em Caixa e equivalentes de Caixa. No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo pela Administração. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

g) Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A RBE é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda no mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

h) Continuidade das operações

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração entende ser a responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando. Neste sentido, avaliou os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras e entende não ter dúvidas sobre a sua continuidade operacional, estando, pois, a base contábil adotada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

22. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas mantidas pela Companhia são as seguintes:

Seguradora	Cobertura	Início da vigência	Final da vigência	Valor coberto
Marsh Corretora de Seguros Ltda.	Responsabilidade Civil Geral.	01/03/2021	01/03/2022	15.000
Tokio Marine Seguradora S.A	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado. Casa de força, demais bens e equipamentos, geradores e equipamentos associados, linhas de transmissão, máquinas e equipamentos e turbinas e reguladores.	13/09/2021	13/09/2022	218.029
Austral Seguradora	Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O).	26/01/2021	26/01/2022	15.000
Sompo Seguros	Salas do escritório da RBE em Belo Horizonte.	17/05/2021	17/05/2022	600
Metropolitan Life Seguros Previdencia Privada S.A	Seguro de vida aos sócios, diretores, empregados, estagiários e menores aprendizes por morte, invalidez permanente por acidente e invalidez por doença.	01/06/2021	31/05/2022	576

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de Conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Sociedade e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Gustavo de Paula Gasbarro
Diretor Presidente

Octacílio Machado Junior
Diretor Técnico

Manuela Furtado Pessoa Coelho
Contadora CRC/MG 074.633/O